

Política & Sociedade

Operação Face Oculta

PT usada para lançar novo grupo de media

Segundo o MP de Aveiro, a compra da TVI pela PT era apenas o pontapé de saída para possibilitar a emergência de um grupo de comunicação social favorável ao Executivo

Ana Paula Azevedo

paula.azevedo@sol.pt

Felicia Cabrita

felicia.cabrita@sol.pt

O PLANO de controlo da comunicação social – que levou os magistrados do processo 'Face Oculta' a considerar existirem «indícios muito fortes» de que estava «directamente envolvido o Governo, nomeadamente o primeiro-ministro» – ia muito mais além da compra de 30% da TVI. Pelas escutas interceptadas, percebe-se que, em simultâneo com a tomada da Media Capital, a estratégia passava pela compra de um grande grupo de comunicação social, que se tornaria parceiro estratégico da PT: numa primeira fase seria a Cofina (dona do *Correio da Manhã*) ou a Impresa, de Pinto Balsemão, e no fim surgiu a hipótese do grupo Controlinveste (DN/JN/TSF), de Joaquim Oliveira.

Nesta conjugação de interesses entre poder político e económico, surge, como ponta-de-lança apoiada pela PT, a Ongoing, liderada por Nuno Vasconcelos e Rafaela Mora (presidente e vice-presidente, respectivamente), accionistas da PT e da Impresa (de Pinto Balsemão) e donos do *Diário Económico*.

«À PT interessa ter um

accionista forte no campo dos media, ainda mais se se consubstanciar uma operação com a Media Capital» – diz o administrador executivo da PT, Fernando Soares Carneiro, numa conversa com Armando Vara, vice-presidente do BCP, na manhã de 24 de Junho de 2009, horas antes da verdadeira tempestade política causada pela revelação pública do negócio da TVI.



João Marques Vidal

Prejuízos para a PT
De todo este negócio «poderiam resultar prejuízos económicos para a PT que previsivelmente seriam 'pagos' com favores do Estado ou no mínimo colocariam os decisores políticos na dependência dos decisores económicos» – salientou o procurador da República João Marques Vidal, no seu despacho de 23 de Junho, e que fundamenta as primeiras certidões extraídas do processo 'Face Oculta'. Tudo somado, seria uma verdadeira «cor-

rupção dos fundamentos do Estado de Direito democrático» – e daí o magistrado defender a abertura urgente de um inquérito autónomo, pela Procuradoria Geral da República, para investigar uma série de situações que, na sua opinião, configuravam o crime de «atentado ao Estado de Direito» em que estava «directamente envolvido o Governo».

O juiz de instrução de Aveiro, António Gomes, concordou e reforçou a valoração feita pelo procurador, autorizando a extração de certidões com vista a que fosse instaurado um inquérito-crime autónomo pela Procuradoria Geral da República – o que nunca aconteceu.

Juntamente com as certidões, foram enviados dezenas de CD com as escutas a dois arguidos sob investigação no processo 'Face Oculta': Armando Vara (ex-diretor socialista, então vice-presidente do BCP) e Paulo Penedos (membro da Comissão Nacional do PS, advogado e assessor jurídico da PT, na dependência do administrador executivo Rui Pedro Soares). E os CD com as escutas foram acompanhados de resumos das quase 200 conversas nas constantes. Entre estas, estão 11 conversas entre Armando Vara e José Sócrates,

entre meados de Junho e Setembro.

Comprar a Cofina

São, aliás, as conversas interceptadas a Armando Vara na manhã do dia 24 que lançam alguma luz sobre os negócios que corriam nos bastidores, à sombra da PT.

Nesse dia, Vara fala com Fernando Soares Carneiro, um dos administradores executivos da PT (e representante da golden share do Estado), sobre negócios entre esta e o BCP. Referem um al-



Armando Vara

moço em que estiveram juntos e discutiram as «perpétuas».

Segundo o SOL apurou, terá sido um almoço que reuniu também Carlos Santos Ferreira, presidente do banco, e Zeinal Bava, presidente executivo da PT.

Para conseguir liquidez, o BCP emitiu então 300 milhões de obrigações perpétuas ('Valores Mobiliários Perpétuos', repre-



sentativos da dívida do banco). Tratava-se de uma primeira fatia de 'perpétuas' (em Agosto lançaria mais 600 milhões) e o BCP pretendia que a PT subscrevesse algumas dezenas de milhões. Em troca, a PT poderia fazer algum investimento no BCP.

Ao telefone, Soares Carneiro questiona Vara sobre os *timings* («Quando termina o prazo?») e este assume a emergência de «ter uma decisão hoje». Fernando diz-lhe que «interessa que esteja a ser analisado o pacote da PT». Vara responde: «O quadro mental do BCP mudou em relação a tudo o que tem a ver com negócios na área das comunicações» e «a PT vai ser parceiro estratégico». Quanto ao resto, já marcou uma reunião com Carlos Duarte, do comité de investimentos do banco, e que ele pode «dizer isso ao Zeinal».

O administrador da PT pede então a Vara que olhe para o problema da Cofina. Pergunta-lhe se pode «dar

um pontapé para cima em relação ao Paulo Fernandes porque a CGD 'borregou' um bocado». «Está previsto uma compra da parte dele da informação pela empresa do Nuno Vasconcelos com conhecimento do amigo de Vara, ou melhor por indicação do amigo».

Seis minutos depois, Soares Carneiro volta a ligar e retorna o assunto. Diz que «por indicação de cima foi acordado que se tentaria comprar o *Correio da Manhã* ou mesmo a Cofina e que isso foi colocado na empresa (a PT) como objectivo».

A propósito, Soares Carneiro lembra que «o colega de Vara que estava no almoço teve contacto». Parece que a CGD não estava a cumprir e Soares Carneiro informa-o: «Do primeiro contacto com a Caixa esta disse que daria apoio». A conversa vai longa e Vara inquiri-se se já falaram com Jorge Tomé, administrador da CGD. Fernando responde que «quem falou foi do



A 10 de Agosto de 2009, José Eduardo Moniz assina com a Ongoing, de Nuno Vasconcelos. Cumpre-se assim um dos objectivos iniciais do plano

gabinete do amigo de Vara lá de cima». E adianta-lhe que no dia anterior tinha havido a «primeira reunião entre o 'Rafa' (Rafael Mora) e o rapaz». Vara ouvira dizer e o seu interlocutor coloca-o por dentro da matéria: «Já começaram as negociações, a Caixa não está a ajudar e esse assunto foi comunicado a quem de direito e que queria alguma pressão a alguém de cima». Fernando pergunta se Vara pode fazer alguma coisa.

Intenção estratégica
Seguem-se cinco sms ainda de Soares Carneiro: «Para não haver dúvidas, a operação que te referi há pouco de uma eventual compra da Cofina integra-se, como não poderia deixar de ser, numa intenção estratégica de estruturação empresarial do grupo Ongoing sem quaisquer contornos políticos». Acrescenta que até seria positiva para os bancos, em especial os

maiores credores (BCP, CGD). «Fiz o telefonema pois permitiria reduzir o nível de endividamento excessivo que a empresa tem em consequência da queda das acções da Zon. Fiz o telefonema a pedido de Nuno Vasconcelos e porque à PT interessa ter um acionista forte no campo dos media, ainda mais se se consubstanciar uma operação com a Media Capital» – acrescenta Soares Carneiro.

Recorde-se que, no despacho relativo à primeira certidão, o procurador de Aveiro, Marques Vidal, adiantava que o plano seria executado através do «controlo da comunicação do grupo TVI, bem como a aquisição do jornal *Público* com o mesmo objectivo e, por último, mas apenas em consequência das necessidades do negócio, a aquisição do grupo Cofina, proprietário do *Correio da Manhã*».

Um «esquema», acrescentava o procurador, ci-

tando uma expressão usada por Vara numa conversa, que resultaria na «interferência editorial de órgãos de comunicação social, visando claramente a obtenção de benefícios eleitorais». Considerava ainda o magistrado que as diligências a tomar tinham de ser céleres já que o negócio estava para se concretizar a 25 de Junho.



José Sócrates

Um dia marcante, o de 24 de Junho. No Parlamento, Sócrates é questionado pela oposição que vê no negócio uma forma do primeiro-ministro interferir num canal de televisão pelo qual não tinha estima. Perante a negação dos

factos, a líder do PSD afirma que José Sócrates tinha de estar a par do que se passava. Isso mesmo é comentado por diversos responsáveis da empresa ao longo do dia 24. Nessa mesma manhã, o procurador-geral da República, que já está a par do assunto, recebe João Marques Vidal e o procurador-districtal de Coimbra, Braga Themido, para discutirem a forma de agir perante aquilo que os magistrados consideram um crime contra o Estado.

O negócio continua. Rui Pedro Soares – o segundo administrador executivo na PT que representa a *golden share* do Estado – mantém-se em Madrid e acompanha pelo telefone a epopeia política, através de Paulo Penedos. A compra da TVI, dentro da própria casa, deixa de ser pacífica. A missão de Rui Pedro Soares é a de assinar o contrato com a Prisa, como representante da PT. Mas o dia passará

» Continua na página seguinte

O contrato que Moniz não assinou

A PT só fechava o contrato de compra da TVI, após Moniz assinar um contrato de consultor do grupo. Abandonaria depois a direção da estação

APÓS a compra de 30% da Media Capital, dona da TVI, estava previsto que José Eduardo Moniz saísse da direção da estação, para consultor.

Rui Pedro Soares – um dos dois administradores executivos da PT designados pela *golden share* do Estado – foi mandado para negociar directamente com a Prisa (proprietária da Media Capital), tendo-se deslocado duas vezes a Madrid, num avião a jacto. Levava consigo o contrato para a Prisa analisar e dar 'luz verde', mas não assumia qualquer compromisso sem antes Moniz assinar o contrato de consultor. Zeinal Bava, presidente executivo, conduzia a negociação com Moniz – que, segundo se refere, até estava receptivo a aceitar.

E «o Zeinal vai ser o chairman da Media Capital», segundo diz Rui Pedro Soares a Paulo Penedos.

Exclusividade e confidencialidade

Numa das conversas interceptadas, na manhã do dia 24 de Junho, Penedos lê ao telefone esse contrato, a pedido de Rui Pedro (que estava em Madrid, à espera de falar com Manuel Polanco, o patrão da Prisa).

Com cláusulas de confidencialidade e de exclusividade, o documento era um contrato de prestação de serviços de consultor



Zeinal Bava

para a Media Capital e também para o respetivo «grupo acionista» (onde se incluiria a PT).

Previa-se a «prestação de serviços em relação à Televisão Aberta e Produção de Conteúdos». Em relação à «plataforma de subscrição paga», Moniz iria desempenhar «assessoria em geral, em todos os temas relativos a conteúdos audiovisuais e de canais de televisão, no âmbito dos negócios de conteúdos e de media da PT e do grupo acionista, designadamente no que respeita a agregação e negociação de conteúdos incluindo apoio na negociação de direitos de transmissão relativos a conteúdos nacionais e internacionais de entretenimento e desportivo».

Mas também a «consultoria em novos projectos e iniciativas a desenvolver nas áreas de conteúdos de audiovisuais e de canais de televisão, bem como concepção, incluindo definição temática e grelhas e produção de novos canais próprios e/ou parceria com terceiros com produção nacional para o MEO e definição, seleção e desenvolvimento de formatos de programas de televisão».

APAFC

Operação Face Oculta

Continuado da pág. anterior ▶ sem que o director-geral da TVI assumisse o seu compromisso e Rui, à revelia dos outros parceiros, vai empatando Manuel Polanco, patrão da Prisa. Correm notícias (uma oportuna «cortina de fumo») de que a espanhola Telefónica está também na corrida à Media Capital e em Espanha as acções da Prisa dispararam. Rui Pedro Soares manda fazer chegar as cópias das notícias a Rafael Mora e Nuno Vasconcelos.

De Portugal, que ferve, o administrador ouve os relatos de Paulo Penedos. O PS tenta sacudir a enxurrada do capote. E, às 22h12, Paulo Penedos comenta com Abilio Martins, director de comunicação da PT, a sua indignação em relação à intervenção de Tiago Silveira, porta-voz do PS: «Numa altura em que estão todos a contar cartuchos ainda dão tiros nos pés e a virarem-se para a administração da PT». O seu interlocutor comenta que como se demonstra pelos comentadores da SIC, «está tudo feito em fânicos», o que não é «nada que ele não tenha dito ao Rui Pedro Soares e ao Zeinal Bava desde segunda-feira, como o Paulo bem sabe».

Na PT, contam-se os estragos e passam-se culpas. Penedos liga a Rui Pedro Soares e refere-se a Henrique Granadeiro, chairman da PT: «Não querendo fazer perguntas inconvenientes, só uma questão... O Henrique (Granadeiro) chegou a ir lá?». E o outro responde: «Esse é o problema... Não estou a pedir para o receber. Ele recebeu-o sozinho e isso já está em todos os jornais. Lembras-te da minha conversa com ele». Paulo pergunta então «foi o Henrique que o deu à morte?».

Pouco depois, Paulo Penedos avisa por sms Rui Pedro Soares que ainda está em Madrid: «O Henrique já disse à Lusa que não falou com o Governo». Pouco depois, comen-

ta com João Carlos Silva (advogado, ex-presidente da RTP), que Granadeiro se tinha portado bem. João Carlos Silva garante que Henrique Granadeiro apenas se portou bem porque «lhe ligou cinco vezes e exigiu que ele fizesse com o chefe, que já estava aos berros». Cada vez se convence mais que tem de fazer o negócio. Recuar «é um desastre». O que «não sabe é se na PT está toda a gente disponível para avançar». Pau- lo diz que, se tivessem condições para segurar «esta versão do Henrique», talvez o negócio ainda se pudesse fazer.

A 25 de Junho – a quinta-feira em que, segundo o despacho do procurador Marques Vidal, estava para ser concluído o negócio –, a intervenção do Presidente da República, muito dura, dizendo que é preciso «transparência nos negócios» e que os responsáveis da PT tinham de explicar o que se estava a passar, cai como uma bomba na PT.

Zeinal empurrado para a RTP

Zeinal é empurrado para dar a cara pela PT, em entrevista a Judite de Sousa – uma decisão tomada em reunião do conselho de administração do grupo, nesse mesmo dia 25. Paulo pergunta «se ele já sabe»

que Sócrates mandara abortar o negócio e Rui Pedro responde que não: «Vou ter que tirar o sonho do Zeinal».

Passam seis minutos da meia-noite quando Penedos fala com André Figueiredo (chefe de gabinete de Sócrates no PS). Pergunta-lhe se esteve «com o chefe» e com o Rui Pedro Soares e Sócrates estava calmo. André diz que sim, estava calmo, «mas um bocado preocupado com aquelas declarações dele que passaram na SIC e de que ele já não se lembrava» (em 2004, na oposição, Sócrates defendeu que a PT devia sair da comunicação social).

Na entrevista à RTP, Zeinal Bava confirma as negociações, justificando que a PT precisa de conteúdos, «está num colete de forças» pelas circunstâncias do mercado.

No dia 26, Sócrates anuncia publicamente que, se a PT avançar para a compra da TVI, fará com que o Estado use a golden share e vete o negócio. Rui Pedro comunica a Penedos que o conselho de administração vai reunir «para ver se o negócio se faz ou não». João Carlos Silva comenta, irónico, em telefonema para Penedos: «Enfim são vocês que recebem ordens para fazer, mas recebem ordens para desfazer?». Paulo

Penedos diz que «Sócrates não se quer ver embrulhado numa guerra... isto tinha um tempo para se fazer, agora...». Mas João diz que, depois de Zeinal dizer na RTP que o negócio era estrategicamente interessante, agora «é que vai criar a ideia de que há uma interferência». Paulo interpreta: «Tinha medo que dissessem que queria controlar tudo e todos».

As informações voam num clima de vendaval. Rui Pedro Soares comenta que o vão «meter nos coros do toiro para ver se chegam ao Sócrates».

Isto é que é uma chatice'

Paulo conta ao pai, José Penedos (presidente da REN), o que se passa. Diz que saiu no Correio da Manhã que o negócio de deve a Rui Pedro Soares como principal negociador, com deslocações a Madrid, e que ele foi identificado como amigo de Sócrates dentro da Federação Nacional do PS. José Penedos comenta que «isso é que é uma chatice», isso é que é uma vingança interna. Paulo diz-lhe que depois lhe explica tudo pessoalmente, mas farto-se de avisar: «Tinha todos os ingredientes para correr mal e correu».

A 30 de Junho, comentam que foi tudo por água

abaixo porque «algum desastradamente, andou a falar com o PSD para este também estar de acordo. E, em vez de conseguir o tal acordo, mandou foi enrolar o negócio». Moniz é acusado de ter feito «jogo triplio»: «Foi ele que ao mesmo tempo que estava a negociar connosco e a dizer aos espanhóis que queria sair, também foi ele que andava a dizer ao PR que queriam pôr fora. Já tinha feito o mesmo com a Zon...».



Francisco Pinto Balsemão

para negociar com a TVI».

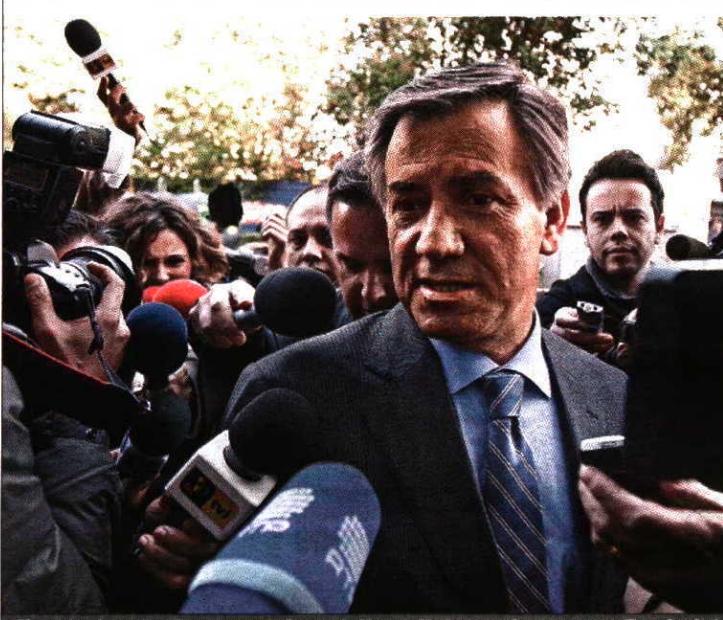
Rui Pedro Soares e Penedos também comentam a saída de Moniz: «Ele tinha uma cláusula de rescisão de 1 milhão e 200, era o que os espanhóis pagavam se o quisessem pôr na rua». O administrador da PT diz que foi uma rescisão amigável, «toda a gente sabia que ele queria sair, ele é que pôs a circular a história dos 6 milhões».

A 8 de Agosto, o dono da Controlinveste diz que esteve com Rafael Mora e que este lhe disse que José Eduardo Moniz lhe desmentiu os seis milhões. Diz que «recebe um milhão ou um milhão e tal, que lhe paga a Prisa daqui a um ano».

Comentam também a Impresa. Armando Vara diz que Pinto Balsemão «está à beira do abismo», precisa de capital e nunca tinha sido alvo de um ataque assim. Falam depois dos aumentos de cotação da Impresa e das razões que levaram a essa subida. Falam da Ongoing e Vara comenta que «eles queriam era passar o Nuno Vasconcelos a chairman e ficar eles a mandar». Continua dizendo que «o que interessa é que eles não falem do que não devem».

Ao mesmo tempo, o líder da Ongoing, Nuno Vasconcelos, faz xeque-mate à Impresa, de Pinto Balsemão, onde tem vindo a reforçar a sua posição que ronda agora os 20%. Como o grupo proprietário do Expresso e da SIC precisa urgentemente de dinheiro, propõe injectar capital – mas assume ele a direção executiva e Balsemão fica como chairman (o que este recusa).

A 4 de Agosto, Joaquim Oliveira (Controlinveste) comenta com Armando Vara que Vasconcelos tem sido «vedeta em toda a Impresa». Vara explica que «isto é para o caso de se consumar alguma compra, ele poder acusar o Balsemão de não ter querido vender, o que o obrigou a ir para outra áreas». Oliveira diz que, de facto, o patrão da Impresa não quer o aumento de capital, senão perde o controlo, e Vasconcelos «está agora ali



No centro do caso estão as escutas a Armando Vara no Verão passado, no processo Face Oculta'



O empresário amigo

Patrão do DN e JN esteve em contacto com Vara, enquanto decorriam as mudanças na TVI

Ana Paula Azevedo

paula.azevedo@sol.pt

Felicia Cabrita

felicia.cabrita@sol.pt

A SAÍDA de José Eduardo Moniz para a Ongoing, em Agosto e o afastamento de Manuela Moura Guedes e do Jornal de Sexta na TVI, que teve lugar um mês depois, são dois dos momentos mais quentes do Verão de 2009.

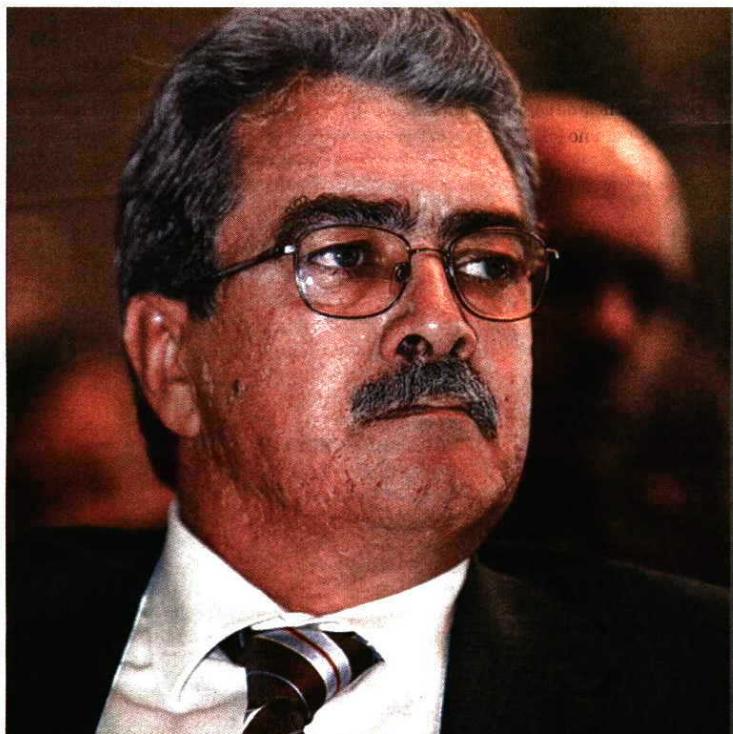
Joaquim Oliveira e Armando Vara trocam informações e comentários. A 5 de Agosto, o proprietário da Controlinveste envia a ao vice-presidente do BCP um sms: «Olá mestre. Estas personagens da Ongoing não brincam em serviço. Moniz saiu da TVI. Isto está giro».

Já por telefone, Oliveira pergunta-lhe se viu a entrevista de José Eduardo Moniz na TVI – e conta-lhe, a propósito, que este disse que o Jornal de Sexta ia continuar e que achava um escândalo nacional alguém o tentar silenciar: «É inacreditável, mas quem é que o gajo se julga?».

Manuela Moura Guedes, continua Oliveira, já fez declarações em como ia continuar a apresentar o Jornal da Noite. «Quem a armou que desarme», comenta Armando Vara. «Isto não tem grande solução», contrapõe Oliveira. Vara responde que até «tem uma solução simples» e pergunta-lhe se ele metia dinheiro numa coisa «condicionada desta maneira» – e o patrão da Controlinveste diz que não.

Joaquim Oliveira conta ainda que Rafael Mora (vice-presidente da Ongoing) lhe disse ter assinado na sexta-feira anterior com Moniz o contrato para vice-presidente da Ongoing Media. Vara avança: «Estão a desafiá-lo para o projecto de Angola». «Qual projecto?», interroga Oliveira. Vara ri-se: «Ainda estão a montá-lo».

A 10 de Agosto, o dono da Controlinveste comen-



Joaquim Oliveira pediu a Marcelino e Leite Pereira para terem «cuidado com as perguntas que alguns jornalistas andam a fazer»



FOTOS CORREIO DA MANHÃ

coisas todas». Por enquanto, assinala Oliveira a Vara, só tem essa informação, que daí a meia hora será pública. Mas diz-lhe também que ele, Vara, pode utilizá-la como bem entender. «Vou fazer um telefonema», responde. Faz vários. Um deles é para José Sócrates.

Ao telefone com Marcelino e Leite Pereira

Mais tarde, no mesmo dia 3 de Setembro, Armando Vara liga a Oliveira: «Acabei de saber que o teu jornal (o Diário de Notícias) manda a tese de que isto foi uma cabala do PS para correr com ela (Manuela Moura Guedes) e que a história do Cébrian foi o primeiro-ministro que falou com o Zapatero!».

Diz-se então que Sócrates, para negociar a venda da TVI pela Prisa, teria pedido auxílio ao primeiro-ministro espanhol. Oliveira responde que já tinha ligado para João Marcelino (director do DN) por causa disso.

«Mas quem é que na redacção trata desses assuntos?» – insiste Vara, apressado, ao que Oliveira responde: «Só falo com o Marcelino».

«Tudo isto vai dar mau resultado...» – vaticina o administrador do BCP.

Quando os dois voltam a falar mais tarde, Oliveira já tem resposta para dar. Diz que confrontou o director do DN com o facto de haver aí uns «jornalistas mais novos» a fazer perguntas sobre o assunto. «Disse-lhe para terem atenção a essa brincadeira», assegura a Vara.

O dono da Controlinveste diz ainda a Vara que Marcelino o tinha tranquilizado: «O que corre na redacção é o contrário. O PS e Sócrates é que foram armadilhados».

Oliveira não descansa enquanto não liga também ao director do Jornal de Notícias, José Leite Pereira. «Tenham cuidado com as perguntas que andam a fazer!».

ta com o vice-presidente do BCP o artigo que o primeiro-ministro escreve «amanhã» no Jornal de Notícias – um artigo em vésperas das eleições legislativas, a que José Sócrates deu o título «Escolha decisiva» e onde ataca a oposição.

Manuela estava 'espalhada numa trupe'...

Mas as conversas continuam a ser dominadas por

Moniz e Moura Guedes. «Ele (Nuno Vasconcelos) diz que não pagou nada ao outro (Moniz) para sair, e que lhe paga 750 mil euros por ano, líquidos» – insiste Oliveira. Mas Vara lembra que o contrato «deve meter ainda casa, carro, avião» – uns «três milhões brutos», por junto.

Oliveira conta que se encontrou com Júlio Magalhães e este lhe disse «que a senhora (Ma-

nuela Moura Guedes) vai ficar lá devidamente espalhada. Ninguém lhe toca, ninguém lhe chega». Para chegarem ali «vão ter de trucidar tudo e todos».

Vara questiona em que é que ela está espalhada. «Demitem-se todos?» – questiona ainda, referindo-se à redacção da TVI. «Está espalhada numa trupe que domina a informação» e que está «à

volta dela e de um tal (António) Prata».

... mas 'Tol à vida'

«Foi à vida. Que grande notícia. Isso é que é verdadeiramente uma grande notícia» – responde Vara a Oliveira, quando ele lhe antecipa, a 3 de Setembro, a saída de Moura Guedes dos ecrãs.

Joaquim Oliveira diz ter «dá (na TVI) uma pessoa que lhe tem contado a



A suspensão do Jornal de Sexta, de Manuela Moura Guedes, 'foi uma grande notícia'



«Tenho lá (na TVI) uma pessoa que me tem contado as coisas todas», disse Oliveira a Vara



Operação Face Oculta

‘Caso Sócrates’ arquivado no livro H da PGR

Certidões com escutas do 1.º-ministro formam um processo administrativo da PGR. Juiz de Aveiro pediu-o há um mês e voltou a insistir com Pinto Monteiro esta semana

Ana Paula Azevedo

paula.azevedo@sol.pt

Felicia Cabrita

felicia.cabrita@sol.pt

O JUIZ de instrução do caso ‘Face Oculta’, António Gomes, aguarda há mais de um mês que o procurador-geral da República (PGR) lhe envie o processo administrativo que abriu na Procuradoria com o conjunto de certidões e escutas telefónicas oriundos do inquérito ‘Face Oculta’ que envolvem José Sócrates e outros. Já passou mais de um mês e, entretanto, esta quarta-feira, o magistrado voltou a insistir com Pinto Monteiro.

António Gomes aguarda o envio desse processo para cumprir o despacho do presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Noronha Nascimento, de destruição das gravações com as conversas telefónicas de José Sócrates e Armando Vara.

Processo N.º 62/2009

Em vez de um inquérito criminal – como acontece em todos os casos em que são extraídas certidões por indícios da prática de crime –, quando recebeu as certidões do inquérito ‘Face Oculta’ que envolvem José Sócrates, Pinto Monteiro abriu o Processo n.º 62/2009 - Livro H.

Trata-se de um processo de natureza administrativa, aberto na Procuradoria-geral da República. Normalmente, estes pro-

cessos na PGR não são mais do que dossieres com documentação variada, organizados para permitir o acompanhamento dos ‘verdadeiros’ processos, que são investigados pelos magistrados nos tribunais.

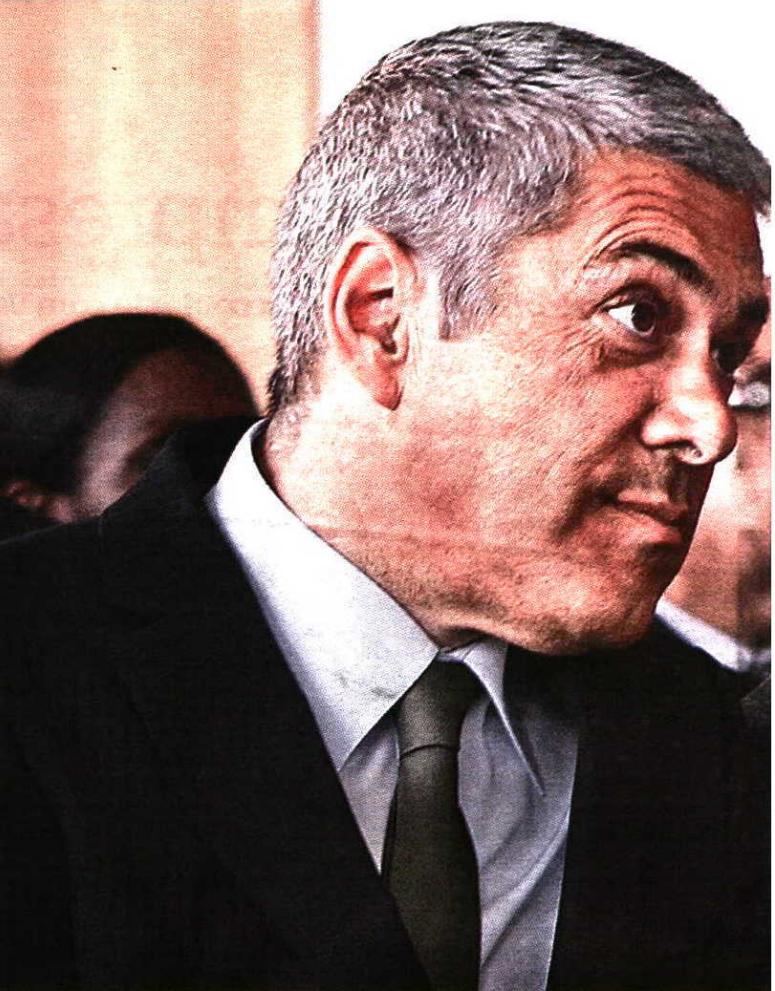
Foi um processo deste tipo que o PGR constituiu com os despachos e as certidões dos magistrados de Aveiro. Ali estão também os CD que os acompanhavam, com as escutas feitas aos telefones de Armando Vara e Paulo Penedos, arquivados no ‘Face Oculta’.

A notificação do juiz coloca Pinto Monteiro, porém, numa situação delicada. É que o PGR sempre recusou revelar os despachos que deu. Estes foram no sentido de arquivamento das certidões, por considerar não existirem ‘indícios probatórios’ que permitissem instaurar um inquérito por crime de

atentado contra o Estado de Direito – ao contrário do procurador da República de Aveiro, João Marques Vidal, e do juiz de instrução, que consideraram existir ‘indícios muito fortes’ do crime, com Sócrates como suspeito.

A razão invocada pelo PGR para não revelar o conteúdo dos seus despachos de arquivamento é a de que estes contêm referências às conversas de Sócrates. Ora, diz Pinto Monteiro, o presidente do STJ considerou que estas conversas não podem ser usadas como prova (segundo uma interpretação que tem gerado muita discussão entre os juristas, de que essas escutas para poderem ser usadas teriam de ser validadas previamente pelo presidente do STJ).

Nos três comunicados que fez à comunicação social, entre Novembro e De-



zembro passados, o PGR nunca esclareceu em que tipo de processo é que ele e o presidente do STJ estavam a proferir os seus despachos. Referiu-se sempre a ‘certidões’.

Segundo o SOL apurou, a clarificação desta questão foi pedida pelo próprio juiz de instrução António Gomes, logo em Novembro, quando recebeu o primeiro despacho de Noronha Nascimento a invalidar e a mandar destruir um primeiro conjunto de escutas.

Em despacho de 4 de Dezembro, Noronha Nascimento respondeu, em primeiro lugar, que dera aquela despacho na qualidade de ‘juiz de instrução criminal’ e conforme a lei prevê para o caso de escutas que envolvem o primeiro-ministro, o Presidente da República e o presidente do Parlamento (só podem ser decididas e apreciadas pelo presidente do Supremo).

Ora, explicou Noronha, ‘as funções de juiz de instrução criminal só podem ser exercidas no inquérito criminal’ – e ‘dai que a execução do despacho deva ocorrer no inquérito pendente em Aveiro’. E clarificou ainda: ‘Os autos n.º 62/2009 não são inquérito criminal algum, são tão só volumes de certidões extraídas do inquérito de Aveiro, enviados à PGR’.

que – pelo que se infere – não ordenou instauração de qualquer outro inquérito autónomo’.

Finalmente, o presidente do STJ termina o despacho dando um enquadramento jurídico à situação: ‘Os autos n.º 62/2009 não são, por isso, mais do que extensões procedimentais do inquérito criminal onde deve ser executado o despacho que proferimos’.

Os pedidos do PGR...

Quando recebeu este despacho, o juiz do ‘Face Oculta’ considerou que, para executar a ordem de destruição das escutas, o PGR tem primeiro de remeter a Aveiro as ditas ‘extensões procedimentais’ (o processo n.º 62/2009-Livro H).

E há mais de um mês que aguarda uma resposta do PGR.

Uma coisa é certa: uma vez que integra o inquérito de Aveiro, o processo n.º 62/2009 mais tarde ou mais cedo vai ser tornado público, como todos os processos judiciais.

A troca de despachos entre os magistrados de Aveiro e os dirigentes máximos das magistraturas foi in-

Contradições

‘A ÚNICA coisa que me foi enviada foi 11 escutas em que intervém o primeiro-ministro. Só nos podíamos pronunciar quanto às conversas do primeiro-ministro e os indícios são juridicamente irrelevantes’ – afirmou esta terça-feira o procurador-geral da República, à saída do Parlamento. As declarações surgiram em resposta às críticas de que tem sido alvo, depois da publicação pelo SOL, na semana passada, dos despachos dos magistrados de Aveiro e de uma parte das escutas que suportam essas certidões.

Nos três comunicados que fez em Novembro e Dezembro passados, porém, Pinto Monteiro sempre afirmou que re-

cebceu, no total, 40 CD com escutas telefónicas, relativas a mais de 100 conversações/comunicações, 11 das quais entre Armando Vara e o primeiro-ministro. E o seu terceiro e último comunicado, em 23 de Dezembro, não deixa margem para dúvidas: ‘Em 18/11/2009, o PGR proferiu um despacho no qual se conclui [que] não existem, no conjunto dos documentos examinados, elementos de facto que justifiquem a instauração de procedimento criminal contra o primeiro-ministro José Sócrates e/ou qualquer outro dos indivíduos mencionados nas certidões, pela prática do referido crime de atentado contra o Estado de Direito’.



Pinto Monteiro recusou até agora divulgar os despachos em que mandou arquivar as certidões em que Sócrates é suspeito de crime de atentado contra o Estado de Direito

tensa nos últimos meses de 2009.

As primeiras certidões foram extraídas pelo procurador João Marques Vidal em 23 e 29 de Junho, acompanhadas de escutas e respectivos resumos. Seguiram-se, entre Julho e Setembro, mais cinco (correspondentes a mais escutas de relevo entretanto interceptadas a Vara e Penedos). E em 28 de Outubro foi lançada a operação de buscas e de constituição de arguidos no inquérito 'Face Oculta'.

Logo em 23 de Julho, o PGR considerou que as duas primeiras certidões não tinham indícios suficientes de crime; e, a 3 de Setembro, o presidente do STJ declarou nulas as escutas com Sócrates. Mas só a 30 de Outubro é que o PGR deu conta a Aveiro da decisão do presidente do STJ.

Além de pedir a sua execução «urgente», o PGR solicitou esclarecimentos sobre a identificação dos arguidos sob escuta. Pediu ainda que lhe fossem enviados os «relatórios correspondentes às conversações/comunicações consideradas relevantes para a

indicação do crime» de atentado contra o Estado de Direito. É que, explicou Pinto Monteiro, nas cinco certidões enviadas depois de Junho não surgia identificado «qualquer titular de cargo político», além de faltarem relatórios e resumos das respectivas escutas.

... e como Aveiro contava com inquérito

O pedido do PGR foi logo cumprido e, em despacho de 12 de Novembro, o procurador Marques Vidal explicou a razão porque faltavam os relatórios e os dados pedi-

dos, relativamente às certidões posteriores a Junho.

Em primeiro lugar, o caso 'Face Oculta' «foi sujeito a medidas especiais de preservação do sigilo, entre as quais avultam a redução ao mínimo das cópias do processo, a opção pela entrega em mão, por vezes sem ofício». «Foi nesse contexto – acrescenta Marques Vidal – que, logo após se ter determinado a extração das duas primeiras certidões, dei instruções verbais para que não fossem elaborados os relatórios dos produtos (escutas) relativos ao processo a au-

tonomizar». Isto, de forma «a garantir ao máximo o sigilo desse processo e porque, em rigor, os relatórios relativos a tais produtos deixavam de interessar à prova destes autos, mas apenas às dos autos a autonomizar, onde poderiam ser mandados efectuar no caso de não se determinar a sua imediata transcrição». Daqui se deduz que o procurador de Aveiro pensava que a extração de certidões tinha, como é habitual, originado a abertura de um inquérito.

«Continuo convencido que só devido a essas e outras medidas de preservação do sigilo foi possível evitar a ocorrência de qualquer fuga de informação de que decorreria um forte prejuízo para a eficácia dos investigadores e reflexos imprevisíveis nas campanhas eleitorais que então se processavam. Dada a inexistência de cópias das certidões enviadas, foi difícil reconstituir todos os produtos relevantes, mas espero que tenha sido possível suprir a omissão e cumprir o superiormente determinado» – conclui o magistrado.



Noronha Nascimento diz que escutas têm de ser destruídas



FRASES

Marinho Pinto Bastonário dos Advogados, *Lusa*, 5/2/10
«A divulgação das escutas é uma forma de torpedear a decisão do (STJ) para serem destruídas»

Menezes Leitão Professor da Faculdade de Direito de Lisboa
Blogue Lei e Ordem, 10/2/10
«Se são estas as escutas que o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça declarou nulas, cabe perguntar com que base legal o fez. Pelo contrário, se não foram declaradas nulas, cabe perguntar por que é o processo não teve seguimento»

Rui Rangel Juiz desembargador, *i*, 6/2/10
«O PGR e o Presidente do Supremo têm de dar explicações ao país. É o mínimo que se exige e que a Justiça exige»

«A ser verdade, por muito menos já se abriram inquéritos neste país. Nunca vi, em processo penal, um despacho administrativo impedir a abertura de um inquérito»

Associação Sindical de Juizes Portugueses

Editorial no site, 9/2/10
«O silêncio, ou os escassos esclarecimentos, a que se remeteram de novo as autoridades judiciais que fizeram a avaliação final dos indícios não contribuiu, em nada, para a credibilidade da Justiça»

«Os últimos factos divulgados pela comunicação social, relacionados com certidões extraídas do inquérito 'Face Oculta', foram recebidos pela opinião pública com indignação e incompreensão»

Marinho Pinto *Lusa*, 9/2/10

«O que descredibiliza a Justiça é magistrados andarem a fazer abertamente política, quando vestem o fato de macaco sindicalista para fazer actividade política pura e partidária, como faz o sindicato de juizes»

Paulo Penedos

esclarecimento do advogado, Ricardo Sá Fernandes, 7/2/10
«O Dr. Paulo Penedos nunca foi confrontado com as transcrições das escutas telefónicas que agora foram divulgadas e, apesar de ter memória de alguns dos relatos transcritos, considera que a divulgação efectuada enferma de lacunas e distorções que prejudicam a correcta percepção do seu verdadeiro sentido, bem como a adequada compreensão da sua real intervenção, enquanto consultor jurídico da PT SGPS»

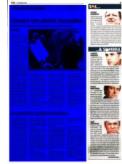
Paulo Pinto Albuquerque

Professor de Direito Processual Penal, *TVI*, 9/2/10
«Os factos indicados (nas escutas) são gravíssimos. Temos o direito de saber as razões jurídicas que levaram o sr. PGR a nem sequer abrir um inquérito»

«Não há violação de segredo de Justiça com a divulgação destas escutas. Seria de uma extrema gravidade que o Estado português agisse contra esses jornalistas»

Paulo Brandão

Juiz presidente da comarca do Baixo Vouga, *SIC Notícias*, 10/2/10
«No nosso entender todos os elementos do processo que foram divulgados estão sob segredo de Justiça. Mas tem havido doutes opiniões noutro sentido»



Operação Face Oculta

Cavaco em alerta vermelho

Belém quer evitar crise política, mas não a exclui

Sofia Rainho

sofia.rainho@sol.pt

A PRESIDÊNCIA da República mantém reserva absoluta sobre o 'caso das escutas' e as consequências políticas que dele poderão resultar.

Numa primeira fase, Cavaco Silva resguardou-se na declaração pública de defesa da liberdade de expressão e de imprensa, como reacção ao alegado plano do Governo, e do primeiro-ministro, para controlo da comunicação social.

«Quero ser o primeiro a dar o exemplo do clima de serenidade de que nós precisamos de manter no país. Sabemos que Portugal é um Estado de Direito, e principalmente nestas circunstâncias, todos devemos respeitar a lei, ter em conta os princípios constitucionais, dos quais faz parte a liberdade de expressão e o pluralismo da comunicação social. Mas entendo que, nas circunstâncias em que se encontra o país, eu não devo acrescentar absolutamente mais nada», afirmou o Presidente em Idanha, numa reacção às



PR em Idanha: um só comentário ao caso das escutas, para defender a liberdade de imprensa

notícias divulgadas na última edição do *SOL*.

A verdade é que em Belém ninguém deseja uma crise política – sobretudo com o país a atravessar uma grave crise económica e financeira, com as agências de rating a colarem Portugal em zona de risco e... com eleições presidenciais a menos de um ano de distância.

Mas nenhum cenário está afastado.

Ao que o *SOL* apurou, Cavaco Silva tem mantido várias conversas em sigi-

lo absoluto, para acompanhar a par e passo toda a evolução dos acontecimentos. Tudo com a máxima cautela e discrição.

O Presidente da República quer evitar a todo o custo uma crise política profunda e recusa-se a ser protagonista numa questão que o obriga a equacionar todos os cenários.

Na quarta-feira, perante a insistência dos jornalistas, limitou-se a remeter para a única declaração sua, feita no sábado, durante a passagem por Idanha-a-Nova.

O chefe de Estado é o mais alto magistrado da Nação, tem competências constitucionais claramente definidas e, por isso mesmo, não abdica de manter margem de manobra para actuar apenas como último recurso. Dai o silêncio.

Belém recusa-se até a responder se Cavaco Silva falou, por exemplo, com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Nogueira Nascimento, antes da entrevista deste à RTP – ontem à noite.

Inquérito interminável

AS AUDIÇÕES na comissão de Ética ao caso das escutas, desencadeado pela Oposição na sequência das revelações do *SOL*, vão prolongar-se por semanas a fio.

O PS começou por tentar limitar o âmbito e questionar o pressuposto para as inquirições (não aceitando que haja uma ameaça actual à liberdade de imprensa). Mas, depois, apresentou a sua própria lista. Assim, às 26 audições propostas pelo PSD – que numa primeira fase se centram nos principais protagonistas do caso revelado pelo *SOL* e incluem o ministro Jorge Lacão (por sugestão do CDS) – os de-

putados socialistas acrescentaram outras 20. Mas a lista socialista «não está ainda fechada» e só será votada na próxima semana.

O PSD quer ouvir Armando Vara, Paulo Penedos e Rui Pedro Soares, alvo das escutas que, segundo o despacho do juiz de Aveiro, contém «indícios muito fortes» de um plano para controlar a TVI. O PS indicou os nomes dos directores do DN, da TSF e do JN, Emídio Rangel e o juiz Eurico Reis, entre outros.

No início da semana, a iniciativa do BE de constituir uma comissão eventual de inquérito ficou

para trás, porque os restantes partidos da Oposição entenderam que o processo iria atrasar as inquirições.

Mas o BE insiste: «Só uma comissão de inquérito tem possibilidade de tirar conclusões, num relatório», defende João Semedo. «Tem ainda a vantagem de ter um objecto preciso. As audições na comissão de Ética vão dar para tudo. E há que separar o que é da política do que é da Justiça».

As audições feitas na comissão de Ética podem ser aproveitadas pela futura de comissão de inquérito, defendem os bloquistas

que mantêm a sua proposta, a qual será votada apenas em Março.

Sócrates elogia Louçã

Entretanto, na quarta-feira, Francisco Louçã destoou também da restante Oposição sobre este caso. «Escutas ou servem à Justiça sob a tutela da Justiça, ou não servem a ninguém», disse Louçã, no debate do Orçamento, justificando que não aceita «a degradação da Justiça».

Sócrates, na resposta, elogiou o líder do BE: «Lamento que ninguém tenha dito o que o senhor e eu dissemos».

HP/MAM

Operação Face Oculta

Escutas abrem debate político

Sócrates começou por não comentar 'jornalismo de buraco de fechadura'. Mas a manchete do SOL dominou a semana

Pacheco Pereira

Comentando a manchete do SOL, 1, 5/2/10

As coisas que ele [Sócrates] diz não são apenas conversas de almoço. Não é apenas a sua opinião, nem é uma coisa subjetiva: o que ele diz, alguém acaba por fazer

Jorge Lacão
RTPN, 6/2/10
O Governo não tem de dar explicações em matérias em relação às quais não tem nada que lhe pese na consciência

José Sócrates
Interpelado pelos jornalistas, em Vila Viçosa, sobre a manchete do SOL, 6/2/10.
Eu acho absolutamente lamentável esse jornalismo que posso classificar como jornalismo de buraco de fechadura

[É] baseado em escutas telefónicas, em conversas privadas, que não têm relevância criminal, com o objectivo de atacar pessoas

Cavaco Silva

Em visita a Idanha-a-Nova RTP1, 6/2/10

Todos têm de respeitar a lei, incluindo a liberdade de expressão

Manuel Alegre

Repudiando a divulgação das escutas Lusa, 6/2/10

Sou contra os julgamentos na praça pública

É tempo de a Justiça funcionar para que estas coisas não aconteçam

Marcelo Rebelo de Sousa

As Escolhas de Marcelo RTP1, 7/2/10

A demissão de Sócrates é

uma tonteria. Ele vai acabar mal, mas não é já

Vera Jardim
No programa Falar Claro RR, 8/2/10
Não acredito, nem vejo naquelas escutas, não vejo claros indícios, nem indícios de que o Governo, como entidade, esteja envolvido

Morais Sarmento
ibidem
Nós não somos a Venezuela, nem o engenheiro Sócrates tem a categoria do senhor Berlusconi que apesar de tudo, aquelas televisões que tem ele, chegou lá de outra maneira: comprou-as

Anacoreta Correia
Conselheiro de Estado nomeado directamente por Cavaco Silva e ex-dirigente do CDS, 1, 8/2/10
É evidente que o assunto é grave e deve ser esclarecido até ao fim

Ana Gomes
Blogue Causa Nossa, 8/2/10
Não é possível - e,

como socialista, não me parece útil - varrer para debaixo do tapete as questões que estas escutas suscitam: é preciso esclarecer se era, ou não, por instruções governamentais que a PT estava a negociar a compra da TVI à Prisa

O que foi publicado reforça dúvidas sobre a actuação das mais altas instâncias do Ministério Público

É o Estado de direito democrático que pode estar em causa

Augusto Santos Silva
TSF, 8/2/10
Aqueles que acreditam em democracia, acreditam

contra as pessoas e é também um crime contra a justiça

Lamento que todos os partidos, todos sem exceção, não tenham tido o pudor de aproveitar o cometimento [desse] crime para atacarem-me a mim em particular

Todos aqueles que referem uma ligação entre o Governo e a PT no que diz respeito à intenção da PT comprar a Prisa estão a faltar à verdade. Mantenho tudo o que disse no Parlamento

Paulo Rangel
Intervenção no plenário do Parlamento Europeu, 8/2/10
O primeiro-ministro tem de dar explicações. O alegado plano do Governo para controlar a comunicação social põe em causa o Estado de direito

Francisco Assis
DE, 9/2/10
O dr. Paulo Rangel passou para um estado de verdadeiro delírio

Renato Sampaio
Lusa, 9/2/10
O PS não se vai vergar nem intimidar com pigmeus arvorados em europeistas

Editorial do Diário Económico
9/2/10
No Diário Económico não há notícias resultantes de pressões externas ou internas ao jornal

Francisco Assis
DE, 9/2/10
Se o primeiro-ministro viesse a fazer declarações estaría a pactuar com o crime de violação do segredo de justiça

José Sócrates
Falando em directo para as televisões, em Cantanhede SIC Notícias, 9/2/10

A divulgação de escutas, como foram feitas pelo semanário Sol, é um acto criminoso. É um crime

Pedro Adão e Silva

DE, 9/2/10
[A 'golden share' do Estado na PT] cria o caldo adequado para que interesses financeiros, pulsões controladoras de governantes e protagonistas do sub-mundo partidário se coligem com efeitos devastadores

Paulo Penedos
SIC Notícias, 10/2/10
Não me revejo no que ali está transcrito

Henrique Granadeiro

Sobre o negócio da compra da TVI, DN, 10/2/10

Reitero que não recebi nenhuma indicação, quer directa, quer indirecta, do primeiro-ministro ou do ministro das Obras Públicas

A iniciativa foi minha, a decisão de equacionar o negócio e depois de não o concretizar foi tomada por mim e pelo CEO da PT [Zeinal Bava]



Francisco Louçã

Intervenção no debate do Orçamento do Estado, 10/2/10
Sabemos que há gente que quer conhecer as escutas. O Bloco repete: as escutas ou servem à justiça ou não servem a ninguém

As escutas consideradas sem relevância por decisões do sistema judiciário regressam imediatamente ao foro privado e não devem ser utilizadas

José Sócrates

ibidem, na resposta a Louçã
Registo aquilo que disse sobre a matéria da Justiça. É o primeiro líder político, depois de mim, a sublinhá-lo. Lamento que ninguém em Portugal tenha dito o que o senhor e eu dissemos

Jaime Gama

À margem da discussão do OE SIC Notícias, 10/2/10
Não me parece que [Sócrates] se esteja a furtar a dar os esclarecimentos políticos necessários. Ainda hoje aqui no plenário, questionado várias vezes sobre essas matérias, deu as respostas que considerou adequadas

Cavaco Silva

Lusa, 10/2/10
Entendo que nas circunstâncias actuais não devo acrescentar mais nada em relação àquilo que disse no sábado em Idanha-a-Nova

José Sócrates

À saída do debate do OE, 10/2/10
Não fui informado do ponto de vista formal

António Vitorino

Instado a comentar a notícia de que terá sido o homem de Sócrates nas pressões sobre a TVI, Sábado, 11/2/10
Não comento mexericos

João Cravinho

RR, 11/2/10
É prova do sentido de Estado, reconhecer que isto é um problema grave. Devem ser dados todos os esclarecimentos necessários

ERC com clima interno insustentável

Vogais acusam presidente de insultos permanentes. Gonçalves da Silva pede uma certidão do processo 'Face Oculta'

Luis Rosa

luis.rosa@sol.pt

O CLIMA de conflitualidade entre os membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) está a tornar-se insustentável. A violência verbal e os insultos permanentes entre os conselheiros da ERC atingiram um ponto de não retorno e ameaçam pôr em causa o cumprimento do mandato do actual Conselho Regulador (CR) liderado por José Azevedo Lopes.



Estrela Serrano recusou a ideia de que o Governo estava por detrás do afastamento de Moniz e de Moura Guedes

Contudo, os cinco conselheiros afirmaram ao SOL não terem intenção de se demitirem.

O caso relacionado com as alegadas ingerências políticas na TVI é um exemplo paradigmático da conflitualidade a que a ERC chegou. No meio da discussão sobre a abertura do processo, realizada em Setembro de 2009, Gonçalves da Silva teve que abandonar a sala, pois alegou que tinha sido insultado por Azevedo. «Convidei o presidente, por mais de uma vez, a não recorrer a considerações pessoais – e mesmo familiares», mas, segundo o vogal, Azevedo continuou a produzir afirmações como «pode

amuar», «não sou seu irmão nem andei consigo na escola» ou «se quiser fazer uma peixeirada e concluir com uma cenaça, pode sair».

Na mesma declaração de voto, Gonçalves da Silva recorreu os insultos que o presidente da ERC lhe tinha dirigido noutras ocasiões: «O sr. vogal está manifestamente perturbado e num plano que não é da minha esfera de competências», «o senhor é um pequeno tiranete», «patético, doentio e na esfera do delírio», «bufaria», «tem atitudes infantilóides».

Gonçalves ameaçou com um processo criminal por difamação e afirmou que «pensar de forma diferente não pode gerar difamações e injúrias, especialmente numa entidade que tem entre as suas atribuições, com dignidade constitucional, a de assegurar a 'possibilidade de expressão e o confronto das diversas correntes de opinião'».

Azevedo Lopes dirigiu mais tarde palavras semelhantes a Assis Ferreira (que também abandonou a sala de reuniões do CR) a propósito de uma discussão sobre se as audições de testemunhas deveriam ser gravadas.

Caso TVI 'estéril'

O caso TVI teve um primeiro processo encerrado em 2009 relativo à suspensão do Jornal de Sexta apresentado por Manuela Moura Guedes. O CR censurou então a administração da TVI por se ter substituído à Direção de Informação daquela televisão e suspendido o tejornal duramente criticado em público por José Sócrates. Gonçalves da

Silva e Rui Assis Ferreira entenderam, contudo, que deveria existir um segundo processo sobre a alegada interferência do Governo do PS nessa decisão.

Este processo foi aprovado em Outubro (com a abstenção de Azevedo e o voto contra de Estrela Serrano), depois da discussão se ter prolongado por várias reuniões. O presidente da ERC considerou tal inquérito como «estéril porque, ou já há uma ideia pré-determinada sobre a existência de ingerências do poder político ou económico (e, assim sendo, qualquer processo mais não é do que cosmética), ou, então, tudo se arrastará durante meses». Estrela Serrano foi mais longe e considerou que a suspensão do jornal de Moura Guedes não era um ataque à liberdade de imprensa, mas sim um assunto da «agenda política de terceiros» – referindo-se ao PSD. A ex-assessora de im-



Azevedo Lopes tem tido um mandato polémico como presidente da ERC

presa de Mário Soares acrescentou que abrir tal investigação seria admitir «ainda que implicitamente a suspeição de que existem outros responsáveis pela cessação do Jornal de Sexta e tratar os administradores da TVI como um grupo de 'marionetas'».

Os dois blocos

No centro dos principais conflitos no CR estão os diversos processos que a ERC (que comemora quatro anos no próximo dia 16)

abriu às alegadas pressões do Governo sobre a comunicação social – casos *Público*, *TVI* e *SOL*. Nestes processos surge uma clivagem clara entre dois blocos: um constituído por Azevedo Lopes e por Estrela Serrano (com posições próximas do Governo) e um segundo constituído por Luís Gonçalves da Silva e Rui Assis Ferreira (com uma atitude mais proactiva na investigação das queixas em causa). Elísio Oliveira, vice-presidente da ERC, costuma estar ao lado de Azevedo

e Estrela, constituindo os três uma maioria absoluta intransponível.

Face Oculta

Perante a divulgação por parte do *SOL* dos despachos do Ministério Público e do Tribunal de Instrução Criminal de Aveiro que consideraram que José Sócrates está alegadamente envolvido num plano «visando o controlo da estação de televisão *TVI* e o afastamento da jornalista Manuela Moura Guedes e do seu marido, José Eduardo Moniz, para controlar o teor das notícias», Luís Gonçalves da Silva apresentou ao CR uma proposta de solicitação de certidão do processo Face Oculta (permitido pelo Código de Processo Penal) ao MP de Aveiro para posterior anexação dos documentos com interesse para a ERC na investigação que decorre. O vogal da ERC quer ainda ouvir esclarecimentos de Henrique Granadeiro (presidente da PT), Zeinal Bava (líder da Comissão Executiva da PT), Rui Pedro Soares (administrador executivo da PT), Armando Vara (administrador da BCP) e Paulo Penedos (assessor de Soares) sobre o seu envolvimento no caso. A proposta foi apresentada na reunião de ontem.

O caso da passagem de avião

A autorização do pagamento de 211,89 euros de uma viagem de avião Porto/Lisboa/Porto é outro exemplo de degradação das relações entre os membros do Conselho Regulador.

A história conta-se em poucas palavras. Azevedo Lopes foi convidado a estar presente no Jornal de Sexta de Moura Guedes no dia 24 Outubro de 2008. Azevedo aceitou e, após apanhar-se com Estrela Serrano e Elísio Oliveira, apanhou o avião do Porto (onde mora e dá aulas na Universidade Católica) para Lisboa. Um mês depois, o Conselho Regulador recusou a autorização para pagamento da despesa – cuja votação não teve a presença de Azevedo por imposição legal. Estrela e Elísio votaram a favor.

enquanto Assis Ferreira e Gonçalves da Silva rejeitaram a proposta com o argumento jurídico de que o subsídio de residência que Azevedo recebe para morar em Lisboa permite suprir tal despesa.

Regressado à sala, Azevedo pediu imediatamente satisfações a quem tinha votado contra. Mais tarde, numa declaração de voto de sete páginas, afirmou que iria pagar a despesa do seu próprio bolso, mas classificou o exercício de opinião jurídica de Gonçalves da Silva e de Assis Ferreira como «um voto incompreensível e chocante» e uma «decisão iníqua e indigna e que assim entra, pelas razões mais baixas, para a história desse Conselho Regulador». L.R.



Pinto Monteiro arquivou Sócrates no livro H da PGR

O JUIZ de instrução de Aveiro do processo 'Face Oculta', António Gomes, aguarda há mais de um mês que o procurador-geral da República, Pinto Monteiro, lhe envie o processo que abriu com as certidões e os CD com escutas telefónicas que abrangem José Sócrates e outros envolvidos no caso.

Pinto Monteiro, em vez de abrir um inquérito criminal – como é regra quando são extraídas certidões por indícios da prá-

tica de crimes –, abriu um processo de natureza administrativa, com o n.º 62-2009-Livro H, ao qual deu despacho de arquivamento, após receber dos magistrados de Aveiro as certidões relativas a Sócrates.

O juiz de Aveiro, António Gomes, aguarda o envio desse processo pelo PGR, para dar cumprimento ao despacho do presidente do STJ de destruição das escutas em que Sócrates é interlocutor. E já avisou Pinto Monteiro de que a ausência de res-

posta configura crime de desobediência. O que coloca o PGR numa situação delicada, pois este sempre recusou revelar os despachos de arquivamento que deu, por estes conterem referências às conversas de Sócrates.

Entretanto, Pinto Monteiro contradisse-se esta semana ao afirmar que só lhe foram enviadas 11 escutas, quando em Dezembro disse que tinha recebido mais de 100 conversas. ► Página 8/9

Pinto Monteiro recusa revelar os despachos de arquivamento que deu. Mas incorre no crime de desobediência



FACE OCULTA

O POLVO

- **O plano para controlar o DN, o JN e a TSF**
- **As manobras da Ongoing**
- **O contrato da PT com Moniz**
- **Os jornalistas 'amigos'**